

RAYMOND ARON

E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

OS ARTIGOS DO LE FIGARO

Carlos Gaspar

Filósofo, sociólogo e historiador, Raymond Aron tem uma intervenção política permanente desde o princípio da II Guerra Mundial. Tirando uma breve passagem pelo gabinete de André Malraux, na Libertação, e uma ligação efémera ao primeiro partido gaullista, o seu principal instrumento de acção política é o jornalismo.

Os seus primeiros ensaios como comentador político vêm do exílio em Londres, onde é um dos responsáveis de *La France Libre*, a revista da resistência ligada ao general De Gaulle. Os temas de Aron são a guerra e a evolução das operações militares, mas também o futuro da França, da Alemanha e da Europa, numa série de artigos posteriormente publicados em três volumes organizados pelo próprio e disponíveis sob o título *Chroniques de Guerre. La France Libre (1940-1945)*. De regresso a Paris, está com Jean-Paul Sartre nos primeiros números dos *Temps Modernes*, mas é em 1947, quando, para surpresa de muitos, começa a publicar as suas crónicas semanais no *Le Figaro*, que se inicia a longa série de artigos de análise a quente das crises da Guerra Fria, das relações transa-

tlânticas, da política internacional e francesa. Esses textos foram reunidos, já depois da morte de Raymond Aron, em três volumes, sob o título geral *Les Articles du Figaro*. Nos últimos anos, Raymond Aron escreve no *L'Express*, onde, de resto, volta a encontrar uma parte dos jornalistas do *Figaro*, e um refúgio liberal para levar a sua intervenção política até ao fim.

Durante trinta anos, a crónica de Raymond Aron no *Figaro* é um marco indispensável do comentário internacional, onde o filósofo aceita todos os riscos da análise imediata das crises, incluindo a revolução portuguesa, uma crise da Guerra Fria com repercussões muito directas na política francesa, na medida em que expõe a divisão estratégica essencial entre os socialistas e os comunistas. Sempre muito bem informado – limitava-se a ler os jornais, dizia ele – Aron conhece a situação em primeira mão através de Pierre Hassner, que vem a Lisboa no Verão Quente, a convite de Bernardino Gomes, para participar numa iniciativa internacional do Partido Socialista e acaba por assistir à manifestação decisiva da Fonte Luminosa.

DA CRISE PORTUGUESA AO DEBATE FRANCÊS

25 DE JULHO DE 1975

A crise prossegue em Portugal¹, e o debate em França. François Mitterrand mandou um telegrama a Mário Soares e, quase na mesma altura, em Bruxelas, o Presidente da República opunha-se à atribuição, pela Comunidade, de uma ajuda incondicional à revolução portuguesa. Tanto que, o nosso colega *Le Monde*, exímio na arte das aproximações, observava que os nossos representantes se mostravam menos «exigentes» quando se tratava de estados africanos. Caso fossem mais «exigentes», quais seriam os estados do Terceiro Mundo a receber ajuda?

Portugal pertence à Aliança Atlântica, à Europa. É, desde há séculos, aliado da Grã-Bretanha – a fidelidade de Salazar à referida Aliança não foi desmentida em nenhum momento –, continua subdesenvolvido, nos termos do vocabulário actual, sem, contudo, estar votado à pobreza. A imensa maioria da população – camponeses do Porto assim como classes cultivadas – desejava há vários anos e, mau grado o Partido Comunista e uma fracção do MFA, ainda hoje deseja integrar-se na civilização ocidental, entrar progressivamente no Mercado Comum.

De regresso de Lisboa, Michel Rocard aponta a possibilidade de uma guerra civil e julga, também ele, ser seu dever cultivar a arte das comparações bizarras. Em França, declarou ele, decorreu meio século, ou talvez um século inteiro entre 1789 e o estabelecimento da democracia; a Revolução dos Cravos deu-se há quinze meses apenas. O argumento nem sequer

convence os militantes do Partido Socialista: o Portugal de 1975 não se assemelha à França monárquica de 1789.

A causa da crise portuguesa não advém do «obscurantismo» da Igreja e do regime de Salazar nem da impaciência das massas, resulta da incompatibilidade entre os dois projectos do Partido Comunista e da ala radical do MFA, por um lado, e do Partido Socialista e dos partidos moderados, por outro. As eleições livres revelaram que a maioria do país apoiava os partidários de uma democracia pluralista. Porém, uma vez que os partidos foram compelidos a celebrar uma carta restringindo os poderes da Assembleia Constituinte, comunistas e militares radicais resolveram que nada tinha mudado e que a revolução continuaria segundo as suas preferências.

Entretanto, a minoria comunista esforçava-se por controlar os jornais, a rádio, o sindicato único (imposto pelo MFA contra a vontade dos socialistas). Quando o último jornal através do qual os socialistas ainda se podiam expressar, o *República*, foi posto na linha e a emissora católica, por seu turno, silenciada, Mário Soares considerou que tinha chegado a hora de avançar para a luta; deixou o Governo e mobilizou as suas hostes.

E estas rasgaram o véu: a maioria subitamente baptizada de «ruidosa» atirou-se não só ao Partido Comunista e ao seu líder, mas ainda ao MFA e, sobretudo, à pessoa do general Vasco Gonçalves, que passa por ser comunista e que, atendendo aos fragmentos do seu discurso de 8 de Julho, reproduzidos pela imprensa francesa, o é de facto.

Não lhe falta nenhum dos sofismas, nenhuma das fórmulas gastas através das quais um partido comunista justifica o seu despotismo. «Tomada de poder pelos trabalhadores», graças a uma «vanguarda capaz de desenvolver uma prática política socialista», «importância muito limitada do idealismo e do voluntarismo», «a luta de classes cria as condições da marcha rumo ao socialismo»: o tipo de conversa que suscita gargalhadas na Europa de Leste muito embora os nossos intelectuais parisienses ainda a consigam levar a sério, embora já não engane ninguém.

Quando os socialistas de Lisboa protestaram contra a tomada do seu jornal pelos comunistas, o nosso colega *Le Monde* anunciou-nos com gravidade que o Partido Socialista francês tão-pouco possuía o seu próprio órgão de imprensa. Jacques Fauvet, pessoalmente, pegou na pena para censurar aqueles que exageravam o alcance desse incidente e o transfiguravam em símbolo do arbitrário ou da violência. Como mudaram os tempos! Os católicos e os socialistas desceram, por seu turno, à rua, tanto no Porto como em Lisboa. Desta vez, foi André Fontaine que agarrou a pena. Irmão menor da Igreja progressista, advertiu-nos antes de mais contra as ideias simples (ainda assim) e, à guisa de conclusão, incitava os comunistas a devolverem o *República* aos socialistas. Em contrapartida, Mário Soares deixaria de «apelar à coligação – assaz heteróclita – dos anticomunistas».

Admirável mutação! Eis que o caso *República* se tornou suficientemente importante para «desanuviar duradouramente a atmosfera». Tanto que o caso, detonador

da crise, foi ultrapassado. Se, por sorte, o sangue não correu, as detenções arbitrárias, a depuração nas universidades e nas empresas, os ajustes de contas deixaram a economia semiparalisada. A emigração dos quadros, dos engenheiros começou. A inflação vai-se acelerando e o Estado parece ser incapaz de gerir com um mínimo de racionalidade os sectores da economia que assumiu.

Longe de mim fazer previsões quanto à sequência dos acontecimentos e, muito menos, dar qualquer tipo de conselho a Mário Soares e àqueles que defendem os valores de que se reclamam tanto François Mitterrand como Giscard d'Estaing. Só o facto de pensar que o confronto entre comunistas e socialistas em Portugal possa derrubar a sacrossanta unidade da esquerda na Europa Ocidental é quanto basta para fazer tremer André Fontaine. E, para invocar o exemplo da Alemanha em 1933 ou ainda do Chile.

Visto que, decididamente, o nosso colega tem prazer em lembrar exemplos históricos, porque não evocar os países do Leste europeu: a unidade da esquerda, da coligação antifascista conduziu ao monopólio comunista e à «coligação heteróclita», nas prisões dos resistentes e dos colaboradores, dos democratas e dos fascistas, dos políticos e dos malandrins.

Portugal ainda não chegou a isso, é certo, mas aquilo que está em jogo é, segundo o próprio general Vasco Gonçalves, o «poder dos trabalhadores» representados pela sua «vanguarda». Enquanto o partido comunista e a fracção radical do MFA não tiverem renunciado a esse projecto, a unidade da esquerda continuará a ser uma patranha.

TEMPO NUBLADO NA EUROPA

26 DE SETEMBRO DE 1975

Dentre os nove membros da Comunidade, oito pertencem ao Comando Integrado da NATO, em contrapartida o nono, a França, que desempenha um papel decisivo na construção europeia, não. De igual modo, a França também não pertence à Agência Internacional da Energia. Assim como nas conferências monetárias a França sustenta a tese das paridades fixas sem que os seus parceiros, por convicção ou resignação, se oponham às teses americanas. Por outras palavras, os Nove não conseguem estar de acordo quanto à política de defesa, nem da energia, nem da moeda.

Em deslocação a Paris esta semana, o primeiro-ministro belga, encarregue pelos seus colegas da Comunidade de preparar um relatório sobre as perspectivas europeias, não pode ignorar esses três elementos de facto em relação aos quais se poderia aditar um quarto: as taxas de inflação variam, consoante os países da Europa, entre os mínimos da Alemanha – de 6 a 7 por cento – e os máximos italiano ou inglês – à roda dos 25 por cento. A flutuação das moedas, porventura deplorável, tornou-se no entanto, nesta conjuntura, a única saída. Como determinar paridades fixas entre moedas quando a desigualdade das taxas de inflação tornaria, a breve trecho, essas paridades insustentáveis e favoreceria a especulação?

Perante essa constatação tristonha, que motivos de optimismo pôde o Sr. Tindemans arranjar durante os seus encontros parisienses? A França entrou na «serpente», a Suíça não deverá tardar a se lhe juntar. Ora, a serpente monetária consti-

tui o equivalente das paridades fixas entre moedas europeias (com uma margem de variação alargada), flutuando todas em conjunto em relação ao dólar e a outras divisas associadas ao dólar. Os estados cujas moedas se encontram na serpente constituem uma espécie de Europa solidária, à margem da qual a Itália e a Grã-Bretanha mantêm, pelo menos provisoriamente, a sua liberdade de manobra.

Com boa vontade, também se pode tirar algum incentivo daquilo que não foi propriamente feito mas antes evitado. Por agora, a livre circulação das mercadorias através das fronteiras resistiu à recessão. As violações aos regulamentos comunitários não ultrapassam sensivelmente as práticas já toleradas em período favorável. Porém, em virtude da falta de acordo ao nível energético e monetário, seria necessária bastante credulidade para apostar, a curto prazo, num progresso notório da unificação europeia. Não se trata de especular acerca da presença ou da ausência de vontade política: a Valéry Giscard d'Estaing, quando chegou ao Eliseu, não faltava resolução. As relações estabelecidas com o chanceler da República Federal marcavam a primeira etapa, em qualquer caso imprescindível: salvar o núcleo duro, a Europa dos Seis. O Presidente aceitou, inclusive, nesse intuito, correr o risco de manter o franco ao nível do marco e, durante algum tempo, a revalorização da nossa moeda face ao dólar. Mas não pode quebrar nem ultrapassar duas barragens: a recusa francesa em participar no Comando Integrado da NATO e na Agência da Energia. Retroceder em relação a

essas posições criaria uma crise no seio da maioria.

O que se pode fazer, nos próximos anos, à margem desses desacordos irreduzíveis? O Presidente da República sugeriu a eleição da Assembleia por sufrágio universal directo. Em si, uma reforma desse teor não transtornaria o funcionamento da Comunidade, pois seja como for a Assembleia não dispõe de real poder de controlo. Apesar dessas reservas, revestir-se-ia de valor simbólico. Na senda do referendo britânico, é possível que, pouco a pouco, o Governo de sua Majestade se deixe vencer. À falta de política comum, voltamos a virar-nos para as instituições por forma a preencher os tempos vazios da vida europeia.

Um episódio recente talvez abra outra via. A diplomacia americana foi aparentemente apanhada de surpresa pelos acontecimentos em Portugal. Não pareceu cabalmente informada nem capacitada para agir. Pela primeira vez, os europeus substituíram-se à superpotência.

Os partidos socialistas, inclusive o da Suécia (que, no entanto, não pertence à Comunidade nem à NATO), reuniram-se e decidiram dar o seu contributo, moral e financeiro, ao partido de Mário Soares. Os governos dos Nove, por seu lado, prometeram uma ajuda substancial embora subordinada ao respeito daquilo a que é moda agora chamar-se pluralismo. Em suma, os Europeus, sejam eles neutrais ou *engagés*, de repente tomaram consciência da sua solidariedade, do seu interesse comum perante a eventualidade de um regime de inspiração marxista-leninista a oeste da linha de demarcação.

É certo que os Nove não proclamaram o equivalente daquilo que é baptizado por doutrina Brejnev (aliás, o que Leonid Brejnev refuta). Seja como for, quer a proclamação quer não, não possuem os meios para impô-la. Mas, seja nos actos ou em palavras, não adoptaram a atitude, demasiado frequente, de espectadores irónicos dos erros, sucessos e fracassos da diplomacia dos Estados Unidos. Assumiram iniciativas e a sua influência moral, difícil de medir, não parece ter sido despendida. Os Nove não irão aplicar do pé para a mão, por decreto solene ou criando um organismo novo, uma diplomacia comum. Mas se, no cinzentismo de hoje, quisermos distinguir alguns rasgos de luz, mencionaria a salvaguarda, no essencial, do acervo comunitário e um começo de acção externa concertada. Por que terão os europeus reagido mais e melhor do que os Estados Unidos aos tumultos em Portugal? Porque conhecem melhor o significado histórico desse país; porque este pertence ao espaço europeu.

Para já, não existe defesa europeia sem a participação dos Estados Unidos, mas por que não haveriam os Europeus de tomar igualmente consciência que nas proximidades do *imperium* soviético, podem e devem organizar-se enquanto grupo autónomo, com interesses específicos, dentro do espaço atlântico?

CONTRASTES IBÉRICOS

8 DE OUTUBRO DE 1975

Os Nove acabam, no mesmo dia, de conceder um empréstimo a taxa de juro reduzida ao Governo português, bem como de confirmar a suspensão *sine die* das nego-

ciações entre a Comunidade e a Espanha. Decisões europeias que visam salientar a oposição entre a revolução em Lisboa e o franquismo em Madrid, e talvez também distanciar-se um pouco da diplomacia dos Estados Unidos. Apesar dos acontecimentos, o secretário de Estado não hesitou em celebrar o acordo sobre a renovação da manutenção das bases americanas em Espanha. O duplo contraste entre os países da Península Ibérica, por um lado, e as atitudes europeias e americana, por outro, leva a múltiplas reflexões.

Nunca houve paralelismo entre as evoluções respectivas da Espanha e de Portugal. Salazar não chegou ao poder após uma guerra civil, foi sim chamado pelos militares incapazes de pôr cobro à desordem e ameaçados pela crise financeira. Nem Salazar nem Caetano presidiram a um «milagre económico». Tanto um como o outro defenderam até ao fim o império lusitano, ao passo que o Governo espanhol renunciou ao protectorado que exercia sobre uma parte de Marrocos quando o Governo francês resolveu ou se resignou, também ele, a abandonar o protectorado. Até contribuiu tanto quanto pôde para tornar inevitável esse abandono. Sempre levou a cabo, até hoje, uma diplomacia favorável à causa árabe e não reconheceu o Estado de Israel.

O curso da revolução em Portugal fornece argumentos aos conservadores, em Madrid, e inquietações aos reformistas. Parece-me existirem dois factos que se revestem de significado para além das fronteiras dos países: o papel dos esquerdistas, designando por essa palavra qualquer grupo, seita ou grupelho que se

encontre à esquerda do Partido Comunista; a tática dos dois partidos comunistas eles próprios. Não é apenas na Península Ibérica que o esquerdismo se torna uma força ou, pelo menos, um detonador de distúrbios.

Álvaro Cunhal, sabêmo-lo, residia em Praga antes do golpe de Abril de 1974 e, no exílio, sempre seguiu a linha determinada por Moscovo. Quer se trate do conflito sino-soviético ou da entrada das tropas do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia, deu testemunho de uma ortodoxia impecável. Daí a operação de infiltração e subversão levada a cabo pelo PCP, na sequência da queda do salazarismo, o desprezo demonstrado para com o Partido Socialista e as eleições, o controlo adquirido sobre a maioria dos meios de informação, imprensa e rádio, chamarem a atenção de todos aqueles, homens de Estado ou comentadores, que se especializaram no estudo da III Internacional e da política externa de Moscovo.

Aceitaria a equipa Brejnev, prestigiada pelo êxito do Congresso de Helsínquia, de ânimo leve o desafio dos Estados Unidos e o questionar do desanuviamento que a tomada de poder pelo Partido Comunista em Lisboa significaria? Nada permite afirmar que os homens do Kremlin tenham recuado perante o risco. Ajudaram financeiramente e apoiaram sem reservas a tática adoptada por Álvaro Cunhal. Se hoje parecem hesitar, é porque a resistência popular no Norte e o Partido Socialista nas cidades colocaram o PCP na defensiva, pelo menos provisoriamente².

Santiago Carrillo e o Partido Comunista Espanhol no exílio ou na clandestinidade

situam-se, dentro da III Internacional, no pólo oposto, digamos à extrema-direita. Moscovo tentou, apoiando outra facção, retirar a Santiago Carrilho o cargo de secretário-geral. Este efectuou a viagem à China e recusou-se a tomar qualquer partido entre Moscovo e Pequim.

Constituiu uma coligação, uma junta democrática, que não comporta socialistas, mas que se estende a políticos de direita. À diferença de Cunhal reclama-se em prol do sufrágio universal e da noção aritmética da maioria.

Desde há anos, o PCE clandestino, infiltrado nos sindicatos do regime franquista, renunciou a qualquer forma de terrorismo. Aguarda a morte ou a retirada de Franco³, convicto que o regime não irá resistir, naqueles moldes, ao desaparecimento do generalíssimo da guerra civil, convicto ainda que a Espanha de hoje, distinta da de 1936, economicamente mais próxima da Europa Ocidental, irá necessariamente evoluir para o liberalismo desde que os Espanhóis se livrem do temor de uma guerra civil.

Em Portugal, os esquerdistas, em sentido lato, erguem sucessivamente barragens contra os comunistas, os socialistas e o governo. Foram um embaraço para um ministério de tendência comunista como o do general Gonçalves; embaraçam muito mais o do almirante Azevedo. Tanto mais que estes múltiplos grupelhos não aderem a uma mesma doutrina e, provavelmente, não aplicam uma táctica concertada. Expressam o sonho anarquista ou a recusa da ordem enquanto tal, que anima o interregno entre dois regimes, uma minoria activa. A organização clan-

destina que se auto-intitula «Soldados Unidos Vencerão» opõe-se, antes de mais, ao restabelecimento da disciplina no Exército e na Polícia. Nem os comunistas nem os esquerdistas desejam esse restabelecimento que favorecerá os socialistas e os militares relativamente moderados.

A FRAP⁴ – organização marxista-leninista responsável por alguns atentados (os demais são obra de extremistas bascos) – constitui o esquerdismo espanhol, uma minoria irrisória em termos eleitorais.

Os europeus, guiados por velhas paixões ou pela facilidade da indignação unânime, esquecem que nem a FRAP nem a ETA representam os antifranquistas. Os partidos clandestinos não podem desdizer abertamente o terrorismo; e nenhum deles, nem sequer o Partido Comunista, o praticam ou recomendam. Se a Espanha, depois do Chile e de Portugal, não se tivesse tornado uma aposta para a política interna francesa, se os partidos e a imprensa se interessassem primeiro pela Espanha, condenariam o terrorismo cego que nenhum governo tolera e em relação ao qual o poder, seja ele qual for, responde quase sempre com tribunais de excepção. O resistente, o guerrilheiro está envolto numa aura de glória, de tal forma que, mesmo em tempos de paz, o terrorista continua a gozar do prestígio do herói. O que pensariam os franceses se grupelhos de esquerda se dedicassem a atentados contra agentes da polícia, alvejando ao acaso, sem levar em conta a responsabilidade das suas vítimas? O regime francês, responder-se-ia, é liberal. Com certeza, seria o último a subestimar a diferença, mas a imprensa de esquerda vituperava dia-

riamente o regime francês que apelida de repressivo.

Seja como for, o terrorismo indiscriminado, aquele que tende a criar a angústia de todos alvejando qualquer pessoa, é um meio horrendo de luta. Não comporta desculpa, em tempos de paz, senão em circunstâncias extremas quando todas as outras vias parecem vedadas. Ora os partidos espanhóis, inclusive o partido comunista, consideravam em bom direito que não era esse o caso no quadro do franquismo em vésperas do desaparecimento do seu chefe e fundador. Aquilo que importa hoje perceber acima de tudo é que não se julgam quarenta anos de franquismo: prepara-se o futuro.

As decisões dos Nove e dos Estados Unidos decorrem de um juízo político e não de um juízo moral. Tomadas por governos, devem atingir objectivos em vez de expressar sentimentos. Aquilo que se passa em Espanha e em Portugal afecta o conjunto do Mediterrâneo e, quiçá, do mundo. Entre a atitude europeia ou a atitude americana, qual favorece uma evolução liberal e democrática em Espanha? Qual joga em benefício dos extremismos ligados por um pacto infernal à morte?

Independentemente da resposta, gostaríamos de ter a certeza que os europeus não descuraram as condições de equilíbrio das forças e não remeteram essa responsabilidade apenas para os americanos. No mundo, tal como está, por que carga de água os estados, incapazes de se defender a si próprios, criticariam aquele a quem devem a sua segurança e que invoca, para se justificar, necessidades militares? Os pequenos estados dão

mais facilmente lições de moral do que os grandes.

DO PSICODRAMA PORTUGUÊS AO DRAMA ANGOLANO

15 DE DEZEMBRO DE 1975

Em Portugal, os socialistas e os moderados prevalecem; Angola instala-se numa guerra civil, os partidos rivais, todos de libertação nacional, recebem ajuda, em armamento e soldados, uns por parte do campo soviético, outros sobretudo dos Estados Unidos.

O desfecho, pelo menos temporário, da crise portuguesa teve um carácter repentino, tão próximo do jogo quanto o próprio «processo revolucionário». Desde a derrocada do regime de Caetano, esse processo prolongava-se; o Estado, a Polícia, o Exército pareciam estar em decomposição. Desfiles, manifestações, comícios, discursos ocupavam um lugar de destaque em Lisboa e nalgumas grandes cidades, no Porto em particular, soldados e militantes dos partidos políticos misturavam-se. Mas todos se recusavam a transpor a «linha do sangue», para retomar uma famosa expressão de Lenine.

Um estranho golpe de Estado precipitou o exílio do general Spínola – estranho ao ponto de, na sua concepção e suposta execução, todos se terem perguntado quem o teria desencadeado, conspiradores ou aqueles que dele tiraram proveito para passar à fase superior do radicalismo verbal. A tentativa de subversão do 25 de Novembro passado, a insurreição dos pára-quedistas que, no dia seguinte, entregaram as armas a chorar, suscita também, senão dúvidas, no mínimo uma

espécie de espanto, no sentido mais forte dado a esse termo.

Desde há dezoito meses, uma fracção do povo português repetia os feitos de Maio de 1968: confrontos, com lançamento de pedras e punhos alçados, mas pouca violência genuína e sem recurso às armas. A desordem alcançou um ponto tal que o próprio Governo entrou em greve, declarando-se incapaz de cumprir as suas funções. Exerceu pressão sobre o chefe de Estado, o general Costa Gomes, por forma a que este usasse a sua autoridade com vista ao restabelecimento «da lei e da ordem». Algumas centenas ou no máximo alguns milhares de soldados disciplinados deram conta do recado. Os motins foram desmobilizados, os activistas recambiados para casa, generais mais próximos dos comunistas e dos esquerdistas desapareceram sem por essa razão terem sido executados nem condenados e, do pé para a mão, o ministério pôs cobro à greve (inédita) do poder, a linguagem recuperou a diversidade característica das democracias pluralistas, finalmente o Movimento das Forças Armadas prometeu ceder o lugar aos civis.

Enquanto todos os partidos, inclusive os partidos de direita tolerados, se sentem na obrigação de recorrer à linguagem revolucionária, é ver quem mais favorece o progresso, a manifestação de alegria, a salvaguarda da revolução. Primeira fase que segue, inevitavelmente, a queda do regime doravante maldito. Ninguém se reclama do regime de ontem, todos se reclamam, por conseguinte, do acto instituidor, o dos militares que abalaram o despotismo. De ora em diante, a competi-

ção está aberta entre a legitimidade daqueles que invocam o acto instituidor – o Movimento das Forças Armadas – e a legitimidade dos eleitos, que invocam a vontade do povo, tal como se exprime através de eleições livres. Revolução ou democracia representativa, as duas ideias entram, um dia ou outro, em conflito.

Aceitando eleições à Constituinte, os comunistas, os esquerdistas e os seus aliados no MFA terão cometido um erro, na sua perspectiva, irreparável? O governo bolchevique tinha também aceite a eleição de uma Constituinte. O MFA até tinha tomado uma precaução adicional na medida em que tinha obrigado os partidos a assinar uma carta equivalente a uma espécie de abdicação antecipada. O que levou à derrota dos comunistas e esquerdistas, porque uma minoria só se apodera do Estado e impõe a sua vontade à maioria hostil na condição de não recuar perante a violência. Por sorte, os portugueses deram todos provas de respeito pela vida humana, em moldes que considero admiráveis – correndo o risco de me submeter à chacota dos guerrilheiros do café de Flore. A maioria deles preferiria manifestamente um regime que os aproximasse da Europa Ocidental a outro que os esquerdistas ou comunistas de Álvaro Cunhal teriam sido compelidos, quer quisessem quer não, a impor. Não deixa de surpreender o número de comentadores que, segundo consta, representam o melhor do pensamento francês, manifestaram, até ao dia da revolta dos pára-quedistas, a preferência oposta.

Em Portugal, soviéticos, americanos, europeus intervieram nos moldes que os

portugueses toleravam. Os comunistas recebiam dinheiro estrangeiro, os socialistas também. A Embaixada da URSS não tinha falta de pessoal. Embora apanhados de surpresa, os Estados Unidos, mau grado os inquéritos do Congresso, devem ter arranjado alguns diplomatas ou agentes especiais capazes de recolher informações e de ajudar determinados grupos.

Em França, partidos e jornais tomaram posição no debate português sem que socialistas e comunistas conseguissem acertar uma posição comum. Mitterrand apoiou Soares, e Marchais Cunhal. Em Angola, já se passou a linha do sangue há muito tempo; a União Soviética e os Estados Unidos, segundo o cenário do costume, apoiam cada um partidos que não se contentam com a simulação do combate nem com a mera troca de galhardetes. O modo de intervenção soviético não contradiz, como referia recentemente Leonid Brejnev em Varsóvia, a doutrina constante de Moscovo, isto é, a ajuda aos movimentos de libertação nacional. Quando vários partidos reivindicam o título de libertador, basta escolher um e declará-lo como sendo o único digno dele. Porém, em linguagem não-ideológica, o facto é que, desde a questão congoleza, a União Soviética não se tinha envolvido a fundo em nenhum conflito africano e, agora, fá-lo com ostentação e meios de vulto. Segundo comunicados de agências noticiosas não desmentidos, alguns milhares de soldados cubanos combatem nas fileiras do

MPLA, contam no seu activo canhões de 120 milímetros e uma ponte aérea chegou a ser improvisada quando a balança das forças pendia para o outro lado. Os portugueses não se mataram mutuamente, mau grado as paixões que os seus debates na Europa despertavam; os angolanos vão matar-se mutuamente, durante semanas, meses, talvez anos a fio, apesar de ninguém em Moscovo, Washington ou Paris se preocupar com a sua sorte: têm a infelicidade de se tornar parte da aposta inerente à rivalidade entre as grandes potências.

O discurso de Leonid Brejnev em Varsóvia é o testemunho de uma irritação em relação aos ocidentais, difícil de explicar pelo menos por via da razão. Visto os homens do Kremlin recusarem qualquer coexistência de ideologias e continuarem a vituperar o capitalismo, por que levam eles a mal os propósitos de certos «meios ocidentais»? A Valéry Giscard d'Estaing, que apregoava o desanuviamento da tensão ideológica, Leonid Brejnev respondeu rispidamente que estava fora de questão. Como podemos nós, desde logo, evitar aquilo por ele baptizado, assaz curiosamente, de «infiltrações ideológicas»?

Na realidade, se um dos dois campos tem motivos para se queixar das condições nas quais se trava a luta de ideias, não é o campo soviético. Ou então talvez nos coubesse proibir os livros dos dissidentes soviéticos para contribuir para o desanuviamento? **REI**

TRADUÇÃO: PATRÍCIA ROMAN

NOTAS

¹ Alusão à demissão dos ministros socialistas do IV Governo Provisório, em protesto contra o reaparecimento do jornal *República*, sob a orientação da Comissão de Trabalhadores.


² O início do mês de Setembro em Portugal ficara marcado por um realinhamento de forças no seio do MFA, favorável aos mode-

rados do «Grupo dos Nove», o que ditaria a queda do V Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves. A 19 de Setembro toma posse o VI Governo Provisório, chefiado pelo vice-almirante Pinheiro de Azevedo, e constituído por militares, personalidades independentes e representantes do PS, PPD e PCP.

³ O general Franco morre a 21 de Novembro de 1975.

⁴ Iniciais da Frente Revolucionária de Acção Popular.

AS RELIGIÕES SECULARES

“Tanto o socialismo como o nazismo oferecem aos seus fiéis o conforto de uma comunidade próxima e fraternal. Mas, no caso dos nazis, trata-se de uma ordem militante, ou até mesmo militar, à conquista da nação, e depois do mundo. A igreja degenera numa seita, a esperança de salvação numa vontade de poder.” 

Raymond Aron, *Une Histoire du XX^e Siècle. Anthologie* (1996), p. 159.